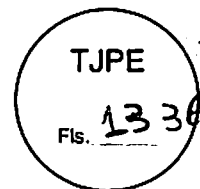




Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



2ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO 7045-56.2013.8.17.0000 (308483-7)

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES

RELATOR

SUBSTITUTO: DES. TENÓRIO DOS SANTOS

AGRAVANTE: SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS

AGRAVADOS: TEREZA OLÍMPIA DOS SANTOS e OUTROS 40 (QUARENTA)
MORADORES DO NÚCLEO HABITACIONAL PIRAPAMA

EMENTA: CONSUMIDOR, CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. FINANCIAMENTO DO SFH. RISCO DE DESMORONAMENTO DE IMÓVEL. PRELIMINARES DE INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL, INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL, ILEGITIMIDADE ATIVA E PASSIVA, FALTA DE INTERESSE DE AGIR E PRESCRIÇÃO. REJEIÇÃO. MÉRITO. DEFERIMENTO DE REALIZAÇÃO DE PROVA PERICIAL. HONORÁRIOS DO PERITO. FIXAÇÃO EM VALOR EXAGERADO. REDUÇÃO. AGRAVO PARCIALMENTE PROVIDO.

- A Justiça Estadual é competente para julgar ações de seguro habitacional. Súmula nº 94 do E. TJPE. Inaplicabilidade da Lei 12.409/2011 ao caso em tela. Preliminar de incompetência da Justiça Estadual rejeitada;

- A exordial da demanda originária atende a todos os requisitos previstos no art. 282 do CPC. Preliminar de inépcia da petição inicial rejeitada;

- Nas ações de seguro habitacional em que se pleiteia recuperação de sinistro de danos físicos no imóvel, o



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Pereira de Moraes

TJPE

Fis. _____

beneficiário do seguro pode ser o mutuário, o cessionário, seus sucessores ou dependentes, na forma da lei. Súmula 56 do TJPE. Ademais, a quitação do mútuo não inviabiliza a cobrança da indenização por danos resultantes de vício de construção. Preliminar de ilegitimidade ativa rejeitada;

- No caso em exame, os Agravados buscam o cumprimento do contrato de seguro celebrado com a Agravante, decorrendo daí a legitimidade desta para figurar no polo passivo da demanda. Além disso, revela-se incabível a denúncia da lide à construtora ou ao agente financeiro, sob pena de afronta ao princípio da celeridade processual. Preliminar de ilegitimidade passiva rejeitada;

- A recusa de cobertura manifestada pela Agravante na peça contestatória já é suficiente para configurar sua resistência em face do pedido dos Agravados. Preliminar de falta de interesse de agir rejeitada;

- Não há de se falar em prescrição se o evento descrito na apólice é atual e permanece atingindo o imóvel de forma contínua e progressiva. Preliminar de prescrição rejeitada;

- Mérito. A fixação da verba honorária pericial deve observar a complexidade da perícia, o tempo necessário para a execução do serviço, assim como a natureza, o valor e a localização do bem periciado;



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Parreira de Moraes



- Levando em conta os critérios acima mencionados e a remuneração média atribuída ao perito judicial em processos similares, revela-se exagerado o valor fixado na decisão agravada, correspondente a R\$800,00 (oitocentos reais) por imóvel;
- Redução da verba honorária pericial para o importe de R\$500,00 (quinhentos reais) por unidade periciada, totalizando R\$20.500,00 (vinte mil e quinhentos reais);
- Recurso parcialmente provido.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, **ACORDAM** os Magistrados integrantes deste órgão fracionário em **REJEITAR** as *Preliminares de Incompetência da Justiça Estadual, Inépcia da Petição Inicial, Ilegitimidade Ativa e Passiva, Falta de Interesse de Agir e de Prescrição*, e no mérito, em **DAR PARCIAL PROVIMENTO** ao Agravado de Instrumento, de conformidade com o Termo de Julgamento e o voto do Relator que, revisto e rubricado, passa a integrar o julgado.

Sala de Sessões, em 28 de agosto de 2013.


Des. Tenório dos Santos

Relator Substituto



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. 1332

2ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO 7045-56.2013.8.17.0000 (308483-7)

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES

AGRAVANTE: SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS

**AGRAVADOS: TEREZA OLÍMPIA DOS SANTOS e OUTROS 40 (QUARENTA)
MORADORES DO NÚCLEO HABITACIONAL PIRAPAMA**

R E L A T Ó R I O

Trata-se de Agravo de Instrumento contra decisão (fls. 564/566 - Vol. 3) proferida em Ação de Indenização Securitária, a qual (i) rechaçou as preliminares arguidas na contestação, pertinentes à Incompetência da Justiça Estadual, Inépcia da Inicial, Ilegitimidade Ativa e Passiva, Falta de Interesse de Agir e Prescrição, e (ii) deferiu a realização de prova pericial, atribuindo à Ré, aqui Agravante, o ônus de recolhimento dos honorários periciais, fixados no importe de R\$800,00 (oitocentos reais) por imóvel, totalizando R\$32.800,00 (trinta e dois mil e oitocentos reais).

Nas razões recursais (fls. 02/80 - Vol. 1) a Agravante reiterou as prefaciais suscitadas no 1º grau. Especificamente no tocante à preliminar de incompetência da Justiça Estadual, salientou que pelo menos 31 (trinta e um) dos imóveis indicados pelos Agravados estão vinculados à apólice pública (ramo 66) do Seguro Habitacional, atualmente administrada pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

Em sequência, insurgiu-se contra o valor arbitrado a título de honorários periciais, pois o trabalho a ser realizado pelo perito seria simples e repetitivo.

De acordo com sua argumentação, em demandas desse jaez, os honorários periciais costumam ser fixados no patamar de R\$500,00 (quinhentos reais) por unidade habitacional.

Nesse diapasão, pugnou pelo provimento do recurso, requerendo, sucessivamente, a remessa dos autos à Justiça Federal, a extinção do feito originário sem resolução do mérito ou a declaração da prescrição. Para o caso de rejeição das preliminares, pugna pela redução dos honorários periciais para a quantia de R\$500,00 (quinhentos reais) por imóvel.

Nas contrarrazões (fls. 960/1009 - Vol. 5), os Agravados pugnaram pela rejeição das prefaciais arguidas no recurso. Especificamente quanto à alegação de incompetência da Justiça Estadual, salientaram que a intervenção da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL na lide dependeria da demonstração do comprometimento dos recursos do FCVS, consoante decisão proferida pelo C. STJ nos EDcl nos EDcl no Resp 1.091.393-SC. Destarte, pugnaram pelo improvimento do recurso.

Às fls. 1203/1212 - Vol. 7, a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL atravessou petição, informando que 25 (vinte e cinco) dos imóveis indicados pelos Agravados estão vinculados à apólice pública (ramo 66), consoante informações da DELPHOS SERVIÇOS TÉCNICOS S/A.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Araújo de Moraes

TJPE

Fis. 1333

Esclareceu, ainda, que a documentação colacionada aos autos em relação aos 16 (dezesseis) imóveis restantes não permitiu identificar o ramo de seguro a que pertencem.

Assim, requereu o desmembramento dos autos, enviando-se à Justiça Federal apenas os Agravados cujos imóveis estão vinculados à apólice pública (ramo 66) do Seguro Habitacional.

É o relatório, no essencial.

Inclua-se em pauta, independentemente de revisão.

Recife, 19/8/13


Des. Tenório dos Santos

Relator Substituto



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fis. 1338

2ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO 7045-56.2013.8.17.0000 (308483-7)

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES

RELATOR

SUBSTITUTO: DES. TENÓRIO DOS SANTOS

AGRAVANTE: SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS

AGRAVADOS: TEREZA OLÍMPIA DOS SANTOS e OUTROS 40 (QUARENTA)
MORADORES DO NÚCLEO HABITACIONAL PIRAPAMA

V O T O

Passo a analisar as questões, seguindo a ordem estabelecida no art. 99 do Regimento Interno deste Tribunal.

INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL

De plano, constato não merecer amparo o pleito da Agravante de deslocamento dos autos para a Justiça Federal.

Com efeito, apesar da Súmula 150 do STJ dispor competir à Justiça Federal decidir sobre a existência de interesse da União na causa¹, a regra sumular não obsta que o Juízo estadual repila a alegação de interesse da União, quando desprovida de fundamentação jurídica relevante.

¹ Súmula 150/STJ. Compete à Justiça Federal decidir sobre a existência de interesse jurídico que justifique a presença, no processo, da União, suas autarquias ou empresas públicas.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fis. _____

Ora, o FCVS - administrado pela CEF - é composto de recursos oriundos do superávit da relação indenização-prêmio do Seguro Habitacional, consoante o Decreto-Lei 2.406/88². Tal fato, por si só, não autoriza o deslocamento da competência para o Juízo Federal, sob a tese de *possível prejuízo* ao Erário.

Em verdade, os recursos do FCVS somente respondem pela cobertura securitária quando evidenciada a situação deficitária no Seguro Habitacional.

No caso concreto, o montante indenizatório independe do Fundo em comento, diante da falta de configuração da excepcionalidade de déficit no SH. Destarte, em sendo reconhecida a obrigação da Seguradora, a cobertura será bancada unicamente por ela, sem comprometimento dos recursos do FCVS.

Como se percebe, a eficácia da sentença perseguida independe da intervenção da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, mesmo na condição de gestora do SH, nos moldes do art. 5º da Portaria 243/2000 do Ministério da Fazenda.

² Art. 6º - Os recursos do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) deverão ser aplicadas em operações com prazo compatível com as exigibilidades do fundo e com taxas de remuneração de mercado, sendo constituídos pelas seguintes fontes: (...)

IV - parcela a maior correspondente ao comportamento da relação entre as indenizações pagas e os prêmios recebidos, nas operações de que trata o item I do art. 2º;



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



O E. TJPE já consolidou o entendimento de que os litígios oriundos dos contratos de seguro habitacional devem ser processados e julgados perante a Justiça Estadual, como se vê da súmula nº 94, abaixo transcrita, *litteris*:

.....

Súmula 94 – “A Justiça Estadual é competente para julgar ações de seguro habitacional”.

.....

Noutro giro, esclareço ter a Lei 12.409, de 25.05.2011, permitido que o FCVS, através de deliberação do seu Conselho Curador, assumisse diretamente os direitos e obrigações das apólices de seguro habitacional emitidas pelas seguradoras integrantes do SFH até 31.12.2009³.

Entretanto, não há de se cogitar na aplicação da referida lei ao caso em tela, pois a competência se firma no momento da propositura da demanda, consoante o art. 87 do CPC⁴.

Diante disso, afigura-se inquestionável a competência da Justiça Estadual para processar e julgar a demanda em tela, como se vê do seguinte precedente do C. STJ:

³ Art. 1º Fica o Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS autorizado, na forma disciplinada em ato do Conselho Curador do Fundo de Compensação de Variações Salariais - CCFCVS, a:

I - assumir os direitos e obrigações do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação - SH/SFH, que contava com garantia de equilíbrio permanente e em âmbito nacional do Fundo em 31 de dezembro de 2009;

⁴ Art. 87. Determina-se a competência no momento em que a ação é proposta. São irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimirem o órgão judiciário ou alterarem a competência em razão da matéria ou da hierarquia.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fis. _____

.....

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. COMPETÊNCIA. JUSTIÇA FEDERAL E ESTADUAL. ACÃO INDENIZATÓRIA MOVIDA CONTRA CAIXA SEGURADORA S.A. FATO NOVO. MODIFICAÇÃO LEGISLATIVA. LEI N. 12.409/2011. PRINCÍPIO DA PERPETUAÇÃO DA JURISDIÇÃO. ART. 87 DO CPC. 1. Jurisprudência firme do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que, nos feitos em que se discute contrato de seguro adjeto a contrato de mútuo, não afetando o fundo de compensação das variações salariais (FCVS), inexistente interesse da Caixa Econômica Federal a justificar a formação de litisconsórcio passivo. 2. Controvérsia, no caso, restrita à seguradora e ao mutuário. 3. Impossibilidade de se aferir a juridicidade das decisões das instâncias ordinárias no que concerne ao juízo competente, sob o enfoque de legislação então inexistente (Lei n. 12.409/2011). 4. A definição da competência segue o princípio da 'perpetuatio iurisdictionis'. 5. Proposta a demanda, modificação legislativa posterior, que não suprime órgão julgante, ou não altera a competência em razão da matéria, ou da hierarquia, é indiferente para alterar o juízo processante (art. 87 do CPC). 6. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. (AgRg no REsp 1170942/SC, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/09/2011, DJe 21/09/2011).

.....

Ante o exposto, **REJEITO** a preliminar de incompetência da Justiça Estadual.

É como voto.

Recife, 28 de agosto de 2013.


Des. Tenório dos Santos

Relator Substituto



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. 1349

1349

Em sendo ultrapassada a questão da Incompetência da Justiça Estadual, passo a analisar os demais pontos.

INÉPCIA DA INICIAL

Através desta prefacial, a Agravante sustenta a inépcia da petição inicial da demanda, pois os fatos e os fundamentos jurídicos não teriam sido expostos com clareza, dificultando o exercício do direito de defesa.

Analisando a questão, entendo não assistir razão à Agravante, pois a exordial da ação originária atende a todos os requisitos previstos no art. 282 do CPC.

Aliás, os Agravados expuseram a controvérsia com precisão e objetividade, indicando os fundamentos de cada um dos pedidos formulados. A matéria objeto da lide está bem definida, inexistindo óbice ao regular processamento da ação.

Diante disso, **REJEITO** a alegação de inépcia.

É como voto.

Recife, 28/8/13.


Des. Tenório dos Santos

Relator Substituto



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Araújo de Moraes

TJPE

Fls. 1345

1344

ILEGITIMIDADE ATIVA

Por meio desta prefacial, a Agravante aduz a ilegitimidade ativa dos Agravados, pois estes teriam celebrado "contratos de gaveta" com os antigos mutuários. Além disso, já teriam quitado suas avenças.

No meu sentir, não merece guarida a preliminar.

Como é cediço, a cobertura securitária se vincula ao imóvel objeto do contrato de seguro, e não à pessoa responsável pelo pagamento do prêmio. Destarte, tendo sido adimplida a obrigação, seja pelo segurado, seja pelo terceiro cessionário do contrato, não pode a Seguradora recusar a cobertura.

Nesse diapasão, ainda que tenha assumido as prestações do financiamento e do seguro por força de contrato de gaveta, o cessionário possui legitimidade para buscar em Juízo a cobertura securitária, como se depreende da súmula nº 56 deste E. Tribunal e dos arestos abaixo transcritos, verbis:

.....

Súmula 56 – "Após a vigência da Lei nº 10.150/2000, sub-roga-se o adquirente de imóvel através do denominado 'contrato de gaveta' nos direitos e obrigações do contrato de financiamento e de seguro habitacional correspondentes".

.....

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL – AÇÃO CIVIL PÚBLICA COM PEDIDO DE LIMINAR – INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA (...). Preliminar de ilegitimidade ativa dos moradores por terem adquirido seus imóveis de terceiros (CONTRATOS DE GAVETA). Rejeitada, à unanimidade. (...). Apelo do ministério público provido. Sentença reformada. Decisão indiscrepante. (TJPE – AC 0165493-5 – 6ª C.Cív. – Rel. Des. Eduardo Augusto Paura Peres – DJe 07.01.11) (g.n.).



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Faria de Moraes

TJPE

Fis. _____

.....
RECURSO DE AGRAVO LEGAL CONTRA DECISÃO TERMINATIVA EM
APELAÇÃO – PRETENSÃO RECURSAL CONTRÁRIA À JURISPRUDÊNCIA
DOMINANTE DO STJ – IMPROVIDO O APELO – APLICABILIDADE DO
ART. 557, §1º, DO CPC – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA – (...) 3-
Não há que se falar em ilegitimidade ativa dos moradores com contrato de
gaveta, pois a cobertura securitária está vinculada ao imóvel e não à pessoa do
mutuário. Preliminares rejeitadas (...). Agravo Improvido. (TJPE – AG 0224279-
1/01 – 4ª C.Cív. – Rel. Des. Francisco Manoel Tenório– DJe 11.01.11) (g.n.).

.....
De mais a mais, mostra-se irrelevante o fato de parte
dos Agravados já ter liquidado o financiamento. Isso porque os
defeitos de construção discutidos nos autos teriam ocorrido
durante a vigência dos contratos de mútuo, daí resultando a
exigibilidade da cobertura securitária.

Nesses termos, **REJEITO** a tese de ilegitimidade ativa
dos Agravados.

É como voto.

Recife, 28/8/13.


Des. Tenório dos Santos

Relator Substituto



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. 116

diário
1342

ILEGITIMIDADE PASSIVA

Nesta prefacial, a Agravante aduz sua ilegitimidade para figurar no polo passivo da demanda, sob a tese de responsabilidade exclusiva da construtora e do financiador.

Ora, no caso em epígrafe, os Agravados buscam o cumprimento do contrato de seguro celebrado com a Agravante. Discute-se, então, a obrigação contratual da Agravante cobrir os danos causados pelo sinistro, independentemente de culpa.

Diante disso, revela-se indiscutível a legitimidade da Agravante para figurar no polo passivo da lide.

Ademais, a denúncia da lide à construtora ou ao agente financeiro afronta o princípio da celeridade processual, remanescendo o direito da Agravante ajuizar ação própria em face daqueles entes, caso entenda necessário.

Em torno da matéria, colaciono os seguintes precedentes, com grifos nossos:

.....

AGRAVO EM AI - PROCESSUAL CIVIL E CIVIL - SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO - AÇÃO EM QUE SE DISCUTE A COBERTURA SECURITÁRIA EM IMÓVEL OBJETO DE MUTUO HIPOTECÁRIO - ILEGITIMIDADE PASSIVA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF - (...). Em se tratando de mera cobertura securitária entre seguradora e mutuários, cabe exclusivamente àquela, como pessoa jurídica de direito privado, integrar o polo passivo da relação processual. Precedentes desta Turma. 3- Agravo da Caixa desprovido. (TRF 4ª R. - AG-AI 0024688-28.2010.404.0000/SC - 3ª T. - Rel. Des. Carlos Eduardo Thompson Flores - DJ 23.08.2010).

.....



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. _____

RECURSO DE AGRAVO LEGAL CONTRA DECISÃO TERMINATIVA EM
APELAÇÃO – PRETENSÃO RECURSAL CONTRÁRIA À JURISPRUDÊNCIA
– IMPROVIDO O APELO – APLICABILIDADE DO ART. 557, §1º, DO CPC –
AÇÃO DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA – PRELIMINARES DE
INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL, NECESSIDADE DE
PARTICIPAÇÃO DA SUL AMÉRICA SEGUROS NO FEITO, DENUNCIAÇÃO
À LIDE, ILEGITIMIDADE ATIVA DOS MORADORES COM CONTRATO DE
GAVETA, ILEGITIMIDADE PASSIVA DA CAIXA SEGURADORA E FALTA
DE INTERESSE EM AGIR – REJEITADAS (...) 3- A denúncia à lide só deve
ser processada quando a sua tramitação não atentar contra a celeridade
processual. Ademais, se a obrigação assumida pela Seguradora, de indenizar o
dano predeterminado, é contratual, sendo despicíenda a apuração da culpa,
não há necessidade da intervenção da Construtora na lide. Rejeitadas as
preliminares de denúncia à lide. (...). Agravo Improvido. (TJPE – AG 0205217-
9/01 – 4ª C.Cív. – Rel. Des. Francisco Manoel Tenório dos Santos – DJe 13.01.11).

.....

Ante o exposto, **REJEITO** o argumento de ilegitimidade
passiva da Agravante.

É como voto.

Recife, 28/8/13.


Des. Tenório dos Santos

Relator Substituto



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Pereira de Moraes

TJPE

Fls. 1244

1343

FALTA DE INTERESSE DE AGIR

Em sequência, a Agravante aduz a falta de interesse de agir dos Agravados, pois a etapa administrativa necessária para a concessão da cobertura securitária não teria sido esgotada.

Sob minha ótica, não assiste razão à Agravante.

Os documentos de fls. 321/330 (Vol. 02) comprovam ter sido a Agravante informada sobre o sinistro. Aliás, a contenda se originou exatamente da sua inércia em cumprir o contrato de seguro.

Diante disso, não há de se falar em falta de interesse de agir, mesmo porque a recusa de cobertura manifestada pela Agravante na peça contestatória já é suficiente para configurar sua resistência em face do pedido dos Agravados, como se depreende dos arestos abaixo:

.....

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL - SEGURO HABITACIONAL (...) - Preliminar de falta de interesse de agir - Cobertura que nunca foi negada - Ausência de pretensão resistida - Presente o interesse para buscar a medida jurisdicional - A doutrina e jurisprudência vêm entendendo que tomando conhecimento do fato, pela via judicial, e mesmo assim a parte reclamada apresenta contestação, já caracteriza-se a negativa, não havendo que se falar em necessidade do provimento administrativo, pois o nosso sistema assim não o exige - Preliminar rejeitada (...) - Recurso não provido. Decisão unânime. (TJPE - AgLeg 185739-2/01 - 3ª C.C. - Rel. Des. Sílvia Beltrão - J. 01.10.09) (g.n.).

.....



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Pereira de Moraes

TJPE

Fis. _____

RECURSO DE AGRAVO LEGAL CONTRA DECISÃO TERMINATIVA EM
APELAÇÃO – PRETENSÃO RECURSAL CONTRÁRIA À JURISPRUDÊNCIA
DOMINANTE DO STJ – IMPROVIDO O APELO – APLICABILIDADE DO
ART. 557, §1º, DO CPC – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA –
PRELIMINARES DE INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL,
ILEGITIMIDADE ATIVA DOS MUTUÁRIOS, ILEGITIMIDADE ATIVA DOS
MORADORES COM CONTRATO DE GAVETA, CARÊNCIA DE AÇÃO POR
FALTA DE INTERESSE EM AGIR, ILEGITIMIDADE PASSIVA DA CAIXA
SEGURADORA, FALTA DE INTERESSE EM AGIR (...). 6- Doutrina e
jurisprudência vem entendendo que tomando conhecimento do fato, pela via
judicial, e mesmo assim a parte reclamada apresenta contestação, já se
caracteriza a negativa, não havendo que se falar em necessidade do
provimento administrativo. Preliminar de falta de interesse em agir rejeitada.
(...). (TJPE – AG 0224279-1/01 – 4ª C.Cív. – Rel. Des. Francisco Manoel Tenório
dos Santos – DJe 11.01.2011 – p. 463) (g.n.).

.....
CIVIL E PROCESSUAL CIVIL – RECURSO DE AGRAVO – SFH –
CONTRATO DE SEGURO HABITACIONAL (...). 3- Tendo em vista a
necessidade da via judicial, mostra-se evidente o interesse processual dos
segurados no feito. (...). 8- Agravo legal a que se nega provimento. (TJPE – AG
0203565-2/01 – 3ª C.Cív. – Rel. Des. Francisco Eduardo Gonçalves Sertório Canto
– DJe 25.01.2011 – p. 613) (g.n.).

.....

Isto posto, **REJEITO** a tese de falta de interesse de
agir.

É como voto.

Recife,

28/8/13


Des. Tenório dos Santos

Relator Substituto



Podere Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete de Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. 1348

1348
1

PRESCRIÇÃO

Ainda em preliminar, a Agravante aduz estar prescrita a pretensão inaugural.

Sob minha ótica, não lhe assiste razão.

Com efeito, a pretensão do segurado contra o segurador deve ser exercida no prazo de 1 (um) ano, de conformidade com o art. 206, §1º, II, "b" do CC/2002 (correspondente ao art. 178, §6º, II, do CC/1916⁴).

Entretanto, na situação em tela, é inviável contar qualquer prazo prescricional em favor da Seguradora, pois o sinistro contratualmente coberto [risco de desmoronamento dos imóveis] não ocorreu em um momento determinado. Ao contrário, efetivou-se sem data certa e persistirá até a adoção das medidas necessárias à recuperação dos bens.

Desta forma, tratando-se de sinistro continuado e atual, os mutuários e cessionários poderiam solicitar a cobertura securitária a qualquer tempo, mesmo porque eventual contagem de prazo prescricional se renovaria a cada dia.

Acerca da inoccorrência de prescrição na hipótese em apreço, reporto-me aos julgados abaixo, com grifos nossos:

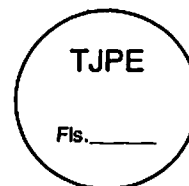
.....

APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO HABITACIONAL. COHAB. REALIZAÇÃO DE PERÍCIA. VÍCIOS DE CONSTRUÇÃO. DETERIORAÇÃO DOS IMÓVEIS. RISCO DE DESMORONAMENTO. NECESSIDADE DE REPAROS NAS REFERIDAS UNIDADES HABITACIONAIS. (...). Prescrição. Inoccorrência. Não há falar de prescrição se o evento descrito na apólise é atual e permanece

⁴ Art. 206. Prescreve: II - a pretensão do segurado contra o segurador, ou a deste contra aquele, contado o prazo: b) quanto aos demais seguros, da ciência do fato gerador da pretensão;
AI 308483-7 - 1 - 08/13



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Araújo de Moraes



atingindo os imóveis de forma contínua e progressiva. Impossível, também, se estabelecer a data precisa do início das ocorrências, uma vez que o processo de deterioração dos imóveis, por vício construtivo, inicia-se, muitas vezes, sem que se seus usuários percebam. (...). Preliminar de falta de interesse processual e alegação de prescrição afastadas, e, no mérito, desprovida a apelação. (AC 70032878639, Sexta Câmara Cível, TJRS, Relator: Artur Arnildo Ludwig, Julgado em 17/12/2009).

.....

AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. SEGURO HABITACIONAL. PRESCRIÇÃO. MATÉRIA DE FATO. SUMULA. ENUNCIADO 7. AGRAVO DESPROVIDO. - Decidindo o acórdão estadual que não há data certa a partir da qual se possa contar o lapso prescricional por serem os danos contínuos e permanentes, não há como, em sede de recurso especial, ultrapassar tal fundamento. Incidência do enunciado nº 7 da súmula/STJ. (AgRg no Ag 230.826/SP, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA, julgado em 26/06/2001).

.....

RECURSOS ESPECIAIS - PROCESSUAL CIVIL - SEGURO HABITACIONAL - OMISSÕES - INEXISTÊNCIA - PRESCRIÇÃO - INOCORRÊNCIA (...). II. Considerando a explicitação do Acórdão recorrido diante da impossibilidade de ser detectável de pronto o sinistro, não há como reconhecer a prescrição pleiteada. (...). (REsp 1044539/SP, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, j. 17/03/09).

.....

Diante disso, **REJEITO** a alegação de prescrição.

É como voto.

Recife, 28/8/13

Des. Tenório dos Santos

Relator Substituto



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fis. 1348

MÉRITO

Como é cediço, o provimento do Agravo de Instrumento pressupõe a simultânea presença, na hipótese em julgamento, dos requisitos da relevância da fundamentação e do perigo da demora, este normalmente caracterizável pelo risco de lesão grave e de difícil reparação ao recorrente, caso a instância revisora mantenha o ato atacado.

No caso em epígrafe, a Agravante insurgiu-se contra o valor arbitrado a título de honorários periciais.

Analisando o tema, entendo preenchidos os requisitos necessários para o provimento do recurso, pois a quantia de R\$800,00 (oitocentos reais) por unidade a ser periciada [totalizando R\$32.800,00 - trinta e dois mil e oitocentos reais] se revela excessiva.

Com efeito, a fixação da verba honorária pericial deve observar, precipuamente, a complexidade da perícia, o tempo necessário para a execução do serviço, assim como a natureza, o valor e a localização do bem periciado.

Na hipótese dos autos, a perícia destina-se a verificar os vícios de construção, assim como eventual risco de desmoronamento dos imóveis pertencentes aos Agravados.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. _____

Nestas condições, levando em conta a natureza do trabalho, o tempo exigido do profissional, o lugar da prestação do serviço, a remuneração média atribuída ao perito em processos similares e a semelhança entre os 41 (quarenta e um) imóveis componentes do acervo a ser periciado, entendo exagerado o valor estabelecido na decisão agravada.

Assim, em atenção aos princípios da moderação, da razoabilidade e da proporcionalidade, reputo necessária a redução da verba honorária pericial para o importe de R\$500,00 (quinhentos reais) por cada unidade periciada, totalizando R\$20.500,00 (vinte mil e quinhentos reais).

Ante o exposto, **DOU PROVIMENTO PARCIAL** ao Agravo de Instrumento, apenas para reduzir os honorários do perito judicial para o importe de R\$500,00 (quinhentos reais) por imóvel, mantendo-se a decisão agravada nos demais termos.

É como voto.

Recife, 28/8/13.


Des. Tenório dos Santos

Relator Substituto